
***Ventos de Santa
Joana VII Energias
Renováveis S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “SJ VII”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia

A SJ VII é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia é controlada indireta da Chapada Branca Holding S.A. (“Chapada Branca”) que tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável - especificamente de geração eólica - e tem como investimentos os complexos eólicos Chapada do Piauí, Asa Branca e suas controladas.

A SJ VII em conjunto com outras controladas da Chapada Branca compõem os empreendimentos Asa Branca e Chapada do Piauí que estão localizados em Parazinho no estado do Rio Grande do Norte e em Marcolândia no estado do Piauí. O complexo Eólico possui capacidade instalada total de aproximadamente 596,7 MW, distribuída em 374 aerogeradores.

Governança corporativa

A Companhia vem desenvolvendo seu sistema de gestão, baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Responsabilidade ambiental e social

A SJ VII vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a SJ VII, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos.

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades no exercício de 2024.

A Administração



Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 37.212 mil. Essa situação, entre outras descritas na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

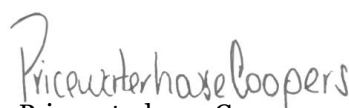


Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Balço Patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	534	6.323	Fornecedores	13	1.791	1.477
Conta corrente restrita	6	493		Partes relacionadas	9	17.164	19.325
Contas a receber	7	4.067	490	Tributos a pagar		1.007	133
Estoques		676	868	Provisão de ressarcimento	14	19.498	18.313
Partes relacionadas	9		21	Provisão de Liminar excludente	14	4.753	4.419
Tributos a recuperar	8	763	758	Total do passivo circulante		44.213	43.667
Despesas antecipadas		306	382				
Outras contas a receber		162	614	Não circulante			
Total do ativo circulante		7.001	9.456	Partes relacionadas	9	30.330	33.983
				Provisão de ressarcimento	14	3.546	1.196
Não circulante				Provisão para desmobilização	14	1.028	1.047
Realizável a longo prazo				Total do passivo não circulante		34.904	36.226
Tributos a recuperar	8	129	44				
Depósitos judiciais	14	4	4	Total do passivo		79.117	79.893
Tributos diferidos	10	710	601				
		843	649	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	92.541	84.641
Imobilizado	11	123.694	119.980	Prejuízos acumulados		(39.545)	(33.816)
Intangível	12	575	633	Total do patrimônio líquido		52.996	50.825
Total do ativo não circulante		125.112	121.262				
				Total do passivo e patrimônio líquido		132.113	130.718
Total do ativo		132.113	130.718				

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita líquida de vendas	16	24.895	23.708
Custo do serviço de energia elétrica	17	(12.896)	(11.643)
Lucro bruto		11.999	12.065
Despesas gerais e administrativas	18	(1.872)	(1.635)
Outros ganhos (perdas), líquidos	18	(2.882)	(714)
Lucro operacional		7.245	9.716
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		361	921
Despesas financeiras		(12.435)	(9.765)
		(12.074)	(8.844)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(4.829)	872
Imposto de renda e contribuição social	20	(900)	(976)
Prejuízo do exercício		(5.729)	(104)
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$	15	(0,067)	(0,001)

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(5.729)	(104)
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	<u>(5.729)</u>	<u>(104)</u>

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Capital social		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	(-) a integralizar		
Em 01 de janeiro de 2023		84.641		(33.712)	50.929
Prejuízo do exercício				(104)	(104)
Em 31 de dezembro de 2023		84.641		(33.816)	50.825
Aumento de capital	15	15.359	(7.459)		7.900
Prejuízo do exercício				(5.729)	(5.729)
Em 31 de dezembro de 2024		100.000	(7.459)	(39.545)	52.996

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(4.829)	872
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação e amortização	17	6.276	6.125
Baixa de ativo imobilizado		3.285	1.013
Atualização financeira de provisão de desmobilização	19	108	99
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	16 e 19	5.411	5.426
Juros variações monetárias partes relacionadas	19	11.524	9.117
Atualização financeira de liminar excludente	19	334	109
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(3.577)	3.269
Estoques		192	(213)
Tributos a recuperar		(90)	119
Partes relacionadas		557	(519)
Outras contas a receber		452	1.181
Despesas antecipadas		76	(360)
Depósitos judiciais			(1)
Fornecedores		(1.143)	801
Provisão de ressarcimento		(1.876)	(9.741)
Tributos a pagar		179	(401)
Caixa proveniente das operações		16.879	16.896
Juros pagos - partes relacionadas cessão de recebíveis	9	(11.524)	(9.117)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(314)	(1.002)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		5.041	6.777
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Adições de bens do ativo imobilizado	11 e 22	(11.887)	(2.649)
Caixa restrito		(493)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(12.380)	(2.649)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de partes relacionadas - cessão de recebíveis	9	(6.350)	(5.024)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	1.3	7.900	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		1.550	(5.024)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(5.789)	(896)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.323	7.219
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		534	6.323

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 22.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “Santa Joana VII”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 3 de outubro de 2013 através da cisão parcial da Ventos de Santa Joana Energias Renováveis S.A.

A Companhia tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica.

A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí II Holding S.A. (“Controladora”) que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”).

Em 18 de março de 2014, o consórcio formado pelos acionistas da Companhia venceu o Leilão de Energia Nova A-3/2013, referente à contratação de energia de reserva proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte eólica, no ambiente de contratação regulada, organizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), expostas no edital Leilão no 09/2013, cujo início de suprimento é 1º de janeiro de 2016.

As atividades da Companhia, são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Companhia possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

SPE	Portaria MME	Término das outorgas
Ventos de Santa Joana VII	Portaria nº 275, de 11 de junho de 2014	Junho de 2049

Com contratos de *Power Purchase Agreement* (“PPA”) com as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física MWh/Ano	Início	Término
Santa Joana VII	Piauí	Caldeirão Grande	28,90	130.524	jan-16	dez-35

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de abril de 2025.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Situação financeira

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total do ativo circulante	7.001	9.456
(-) Total do passivo circulante	(44.213)	(43.667)
Capital circulante líquido	<u>(37.212)</u>	<u>(34.211)</u>

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2024, decorre substancialmente do passivo circulante de empréstimo – cessão de recebíveis (nota 9) e provisões de ressarcimento (nota 14).

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, meteorologia, inflação e a definição do pagamento ou não de montantes junto à CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A Companhia vem acompanhando a situação de cumprimento das cláusulas restritivas do contrato de financiamento da sua Controladora com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Cabe salientar que em 31 de dezembro de 2024 não foi atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 1,20 exigido no contrato de financiamento do BNDES. No entanto, foi solicitado ao BNDES um *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2024, o qual foi aceito e autorizado pelo banco.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais da Companhia e eventuais aportes de capital pelos acionistas, se necessários.

O atual acionista controlador reforçou seu compromisso na continuidade dos negócios da Companhia, a qual deverá contar com seu suporte financeiro conforme eventual necessidade de caixa e dentro dos seus limites permitidos.

1.3 Principais eventos ocorridos no exercício de 2024

(a) Suspensão dos pagamentos de ressarcimentos

Em 2024, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a Companhia pagou o valor de R\$ 5.176 que se refere a parte do saldo da conta de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") e que havia sido suspenso pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por força do despacho nº 2.303/2019. Esse cronograma foi cumprido regularmente até a divulgação da contabilização da CCEE referente ao mês de fevereiro de 2024.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conclusão do Contrato de compra e venda da Controladora indireta da Companhia

Em 30 de junho de 2024, a Contour Global do Brasil Holding Ltda. ("ContourGlobal") atualmente Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca"), empresa controladora indireta da Companhia, recebeu todas as autorizações e cumpriu as condições necessárias para concluir a operação de compra e venda das quotas do capital social, no qual a Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. ("IBH XX"), uma investida do Pátria, adquiriu 90% das quotas do capital social, enquanto a Invenergy Wind South America LLC ("Invenergy"), adquiriu os 10% restantes das quotas do capital social, representado a totalidade do capital social da ContourGlobal vendido pela ContourGlobal Terra 3 S.à.R.L. ("Terra 3").

(c) Integralização de capital

Em 2024 foram realizadas integralizações de capital na Companhia no montante de R\$ 7.900 pela acionista Chapada II Holding S.A.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

Revisadas e vigentes

	<u>Normas</u>	<u>Alterações</u>	<u>Vigência</u>
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	01.01.2024
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Revisadas e não vigentes

	Normas	Alterações	Vigência
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2)	Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía saldos em aberto de ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

(a) Provisão de ressarcimento sobre a receita

No momento, identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de novos empreendimentos. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão em faixas que variam em percentuais da energia contratada conforme cada ano contratual e quadriênio (nota 14(b)).

(b) Provisão de desmobilização

Os valores da provisão de desmobilização, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem da planta ajustado ao valor presente (nota 14(a)).

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco

4.1 Fatores de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se ao saldo de Partes relacionadas e à Conta Ressarcimento. A Companhia possui como ativos financeiros: saldos em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros praticadas no mercado, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A área financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração. É política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária	Empréstimos – Cessão de recebíveis	Análise de sensibilidade	Projeção do serviço da dívida da Controladora Cenários de rating de crédito (cenários de estresse)
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Banco de primeira linha Monitoramento dos limites de crédito e <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos – Cessão de recebíveis e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Aumento de capital pelo acionista

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não estava exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possuía ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco do fluxo de caixa ou taxa de juros praticadas no mercado

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos quotistas e beneficiar às outras partes interessadas.

A Companhia mantém contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios com sua controladora Chapada do Piauí II Holding S.A. devido ao aporte de parte dos recursos obtidos pela controladora por meio de contrato de financiamento junto ao BNDES, o respectivo financiamento é remunerado a uma taxa de juros de 2,18% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Com essa exposição a taxa variável, as variações representam a Companhia um risco de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, a Companhia mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha CDBs e caixa disponível de R\$ 534 (R\$ 6.323 em 31 de dezembro de 2023). Tal saldo com liquidez diária pode ser prontamente acessado na gestão do risco de liquidez, caso necessário.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos (i)				Total
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	1.791				1.791
Partes relacionadas	17.164	3.033	9.099	18.198	47.494
Provisão liminar excludente	4.753				4.753
Provisão de ressarcimento	19.498	130	3.416		23.044
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	1.477				1.477
Partes relacionadas	19.325	6.179	9.268	18.536	53.308
Provisão liminar excludente	4.419				4.419
Provisão de ressarcimento	18.313	1.196			19.509

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores e provisão de ressarcimento.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de cessão de recebíveis, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumarizados:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total de empréstimo - cessão de recebíveis (partes relacionadas)	9	46.751	53.101
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(534)	(6.323)
(-) Caixa restrito		<u>(493)</u>	
Dívida líquida		<u>45.724</u>	<u>46.778</u>
Total do patrimônio líquido		<u>52.996</u>	<u>50.825</u>
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		<u>98.720</u>	<u>97.603</u>
Índice de alavancagem financeira - %		46,32%	47,93%

4.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos da Companhia, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

(d) Riscos de liquidação dos ressarcimentos

Em 2023 a CCEE retomou o desconto dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CCEAR, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, que finalizou em 2024. Aguarda-se um novo cronograma para as demais parcelas. O saldo estimado para os próximos 12 meses é de R\$ 19.498, impactando assim em uma redução significativa nos recebimentos provenientes dos CCEAR no referido período.

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado.

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo:

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Caixa restrito", "Contas a receber", e "Outras contas a receber".

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	534	6.323
Caixa restrito	6	493	
Contas a receber	7	4.067	490
Partes relacionadas			21
Outras contas a receber		162	614
Ao custo amortizado		5.256	7.448

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(i) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Partes relacionadas	9	47.494	53.308
Fornecedores	13	1.791	1.477
Provisão de ressarcimento	14	23.044	19.509
Provisão liminar excludente	14	4.753	4.419
Ao custo amortizado		77.082	78.713

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve mudança na classificação dos passivos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

6 Caixa e equivalentes de caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 referiam-se a operações compromissadas atreladas à taxa DI (depósito interbancário), remuneradas a uma taxa média de 88% do CDI e CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados a uma taxa média de 99% do CDI, com liquidez imediata.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recursos em banco e em caixa	32	36
Recursos em aplicações financeiras	<u>502</u>	<u>6.287</u>
	<u>534</u>	<u>6.323</u>

(b) Conta corrente restrita

O montante apresentado na rubrica de conta corrente restrita, no montante de R\$ 493, refere-se a recursos movimentáveis pela Companhia, conforme restrições e permissões previstas no contrato de dívida junto ao BNDES. As movimentações são realizadas conforme os valores previstos no contrato de cessão de recebíveis descritos na nota 9, e/ou conforme a necessidade de composição da conta reserva da dívida e da conta reserva de operação e manutenção (O&M) no nível da Controladora.

7 Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a Administração manteve o montante reconhecido de PECLD para os títulos vencidos há mais de 360 dias.

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	4.112	535
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	<u>(45)</u>	<u>(45)</u>
	<u>4.067</u>	<u>490</u>

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	4.022	490
Vencidos há mais de 360 dias	45	45
	<u>4.067</u>	<u>535</u>

8 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente por: IRRF, PIS e COFINS sobre ressarcimento.

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
IRRF sobre aplicações financeiras		28
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	712	668
ICMS a recuperar		14
IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF retido na fonte	51	48
	<u>763</u>	<u>758</u>
Não Circulante		
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	129	44
	<u>129</u>	<u>44</u>
	<u><u>892</u></u>	<u><u>802</u></u>

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

9 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre a Companhia, coligadas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relativos às transações apresentadas no quadro a seguir.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Natureza	31/12/2024		31/12/2023		
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Chapada Branca Holding S.A.	Custo compartilhado	268			94	
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado					
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado				87	
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado			5		
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado			4		
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado			4		
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado			4	26	
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	26		4		
		294		21	207	
Chapada do Piauí II Holding S.A.	Empréstimo - Cessão de recebíveis	16.421	30.330		19.118	33.983
		16.421	30.330		19.118	33.983
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	Fornecedores	449				
		449				
Total		17.164	30.330	21	19.325	33.983

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação	Ativo circulante		Passivo circulante				Passivo não circulante		
	Natureza	Total	Natureza	Natureza	Natureza	Total	Natureza	Total	
	Custo compartilhado		Custo compartilhado	Empréstimo - Cessão de recebíveis	Outras contas a pagar	Fornecedores	Empréstimo - Cessão de recebíveis		
Saldo em 01/01/2023	15	15	720	18.234			18.954	39.891	39.891
Ingresso			747				747		
Resultado	104	104	578				578		
Provisão de juros				9.117			9.117		
Liquidação principal	(98)	(98)	(1.838)	(5.024)			(6.862)		
Liquidação encargos				(9.117)			(9.117)		
Transferência				5.908			5.908	(5.908)	(5.908)
Saldo em 31/12/2023	21	21	207	19.118			19.325	33.983	33.983
Ingresso	36	36	717				717		
Resultado	97	97	891			1.701	2.592		
Ativo imobilizado					2.095	99	2.194		
Provisão de juros				11.524			11.524		
Liquidação principal	(154)	(154)	(1.522)	(6.350)	(2.095)	(1.350)	(11.317)		
Liquidação encargos				(11.524)			(11.524)		
Transferência				3.653			3.653	(3.653)	(3.653)
Saldo em 31/12/2024			293	16.421		450	17.164	30.330	30.330

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Empresas</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
		<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Chapada Branca Holding S.A.	Custo compartilhado	(681)	(747)
Total		(681)	(747)
Chapada do Piauí II Holding S.A.	Juros empréstimo - Cessão de recebíveis	(11.524)	(9.117)
Total		(11.524)	(9.117)

Cessão de recebíveis

A cessão de recebíveis é uma obrigação que a Companhia possui com a sua controladora Chapada do Piauí II Holding S.A. formalizada em contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios ("Contrato de Cessão") devido o aporte de parte dos recursos obtidos pela Controladora por meio de contrato de financiamento junto ao BNDES, para viabilizar a implantação do parque eólico. Este Contrato de Cessão está atrelado ao direito de a Controladora receber até 2032 uma parte do valor equivalente às parcelas recebidas pela Companhia oriundas das receitas fixas emergentes nos contratos de Energia de Reserva – CER.

O Contrato de Cessão foi celebrado entre a Companhia e sua Controladora no dia 4 de fevereiro de 2015.

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

(a) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas

A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos e despesas entre as empresas do complexo de Chapada do Piauí I, Chapada do Piauí II e Chapada do Piauí III, o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na operação e manutenção dos parques eólicos e que tragam benefícios para as partes envolvidas. O rateio é realizado com base na potência instalada de cada usina.

(b) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo

A Companhia mantém contrato de compartilhamento de despesas com a Chapada Branca Holding S.A. que executa toda atividade administrativa com objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal e tecnologia da informação incorridas no escritório de São Paulo, as quais foram repassadas a Companhia com base em contrato de compartilhamento de custos nos limites definidos no acordo de acionistas firmado entre as partes em 2013 até junho de 2024, após esse período foi utilizado o critério de imobilizado bruto, visto a inexistência de minoritários para a Controladora.

(c) Compartilhamento de custos e despesas do Centro de Operação de Geração ("COG")

Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a Companhia mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG"), com a Chapada Branca Holding S.A.

O Centro de Operação de Geração ("COG") de Natal – RN monitora as operações das usinas eólicas do Grupo da controladora Chapada Branca Holding S.A., nesse sentido, os custos incorridos no COG são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

(d) Fornecedores

O saldo de fornecedores é decorrente dos contratos de manutenção dos parques, os quais foram executados por empresas pertencentes ao grupo do acionista minoritário da controladora indireta Chapada Branca Holding S.A.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração do pessoal chave da administração

A Companhia mantém política de remuneração de alta administração. Tais remunerações totalizaram R\$ 19 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2023).

10 Tributos diferidos

Política contábil

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada da Companhia. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia.

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	601	564
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	109	37
	<u>710</u>	<u>601</u>

Movimentação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Em 1° de janeiro	601	675
Compensação e reversão	101	(101)
Despesa da demonstração do resultado	8	27
	<u>710</u>	<u>601</u>

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A Companhia reconheceu uma obrigação (nota 14 (a)) para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas na Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa N° 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, ajustado ao prazo de autorização.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição

	Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
Em 1º de janeiro de 2023	530	122.646	948	114	124.238
Adições	1.525	1.124			2.649
Remensuração				168	168
Baixa imobilizado	(530)	(681)			(1.211)
Depreciação		(6.014)	(40)	(8)	(6.062)
Baixa depreciação		198			198
Transferência	(1.162)	1.162			
Saldo contábil, líquido	363	118.435	908	274	119.980
Custo	363	163.135	1.407	396	165.301
Depreciação acumulada		(44.700)	(499)	(122)	(45.321)
Em 31 de dezembro de 2023	363	118.435	908	274	119.980
Adições	5.671	7.673			13.344
Baixa imobilizado		(4.543)		(127)	(4.670)
Depreciação		(6.164)	(40)	(14)	(6.218)
Baixa depreciação		1.258			1.258
Transferência	(3.249)	3.249			
Saldo contábil, líquido	2.785	119.908	868	133	123.694
Custo	2.785	169.514	1.407	269	173.975
Depreciação acumulada		(49.606)	(539)	(136)	(50.281)
Em 31 de dezembro de 2024	2.785	119.908	868	133	123.694

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Aquisições

As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura.

(b) Bens em garantia

Conforme contrato de financiamento da controladora da Companhia junto ao BNDES, a Companhia dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros.

12 Intangível

Política contábil

Direito de uso de servidão

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como servidões de passagem. Geralmente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área de concessão do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos.

	Direito de uso de Servidão	Software	Total
Em 1º de janeiro de 2023	<u>694</u>	<u>2</u>	<u>696</u>
Amortização	(61)	(2)	(63)
Saldo contábil, líquido	<u>633</u>		<u>633</u>
Custo	1.089	38	1.127
Amortização acumulada	(456)	(38)	(494)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>633</u>		<u>633</u>
Amortização	(58)		(58)
Saldo contábil, líquido	<u>575</u>		<u>575</u>
Custo	1.089	38	1.127
Amortização acumulada	(514)	(38)	(552)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>575</u>		<u>575</u>

13 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Materiais e serviços	211	1.356
Aquisições de ativos imobilizados	1.457	
Custo de transmissão	114	9
Taxa de fiscalização Aneel	9	112
	<u>1.791</u>	<u>1.477</u>

14 Provisões

Política contábil

As provisões são compostas substancialmente por provisões para desmobilização e ressarcimento que são reconhecidas quando:

1. A Companhia tiver uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
2. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
3. O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental, cuja degradação precisa ser compensada.

As provisões para desmobilização de ativos consideram que a Companhia, ou seja, parque eólico com contratos de arrendamento dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

O valor da provisão de desmobilização, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem da planta da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Este laudo efetuado em 2023 leva em consideração as obrigações de desmobilização existentes que são em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,90% (3,50% em 2023) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto de 11,36% (10,36% em 2023) ao ano. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante		
Provisão de desmobilização	1.028	1.047
	1.028	1.047

Movimentação

			31/12/2024	31/12/2023
	Desmobilização	(-) Ajuste a valor presente	Total	Total
Saldo inicial do exercício	13.587	(12.540)	1.047	780
Remensurações (i)				168
(-) reversão	1.568	(1.695)	(127)	
Atualização financeira		108	108	99
Saldo final do exercício	15.155	(14.127)	1.028	1.047

(i) Em 2023, houve a remensuração dos custos de desmobilização dos ativos da Companhia, tendo como contrapartida a rubrica do ativo imobilizado. Por se tratar de uma obrigação a ser exigida em longo prazo, os custos atuais estimados foram atualizados levando em consideração a inflação projetada até o momento da realização da obrigação, no caso foi utilizado o IPCA (que representa a melhor estimativa desse mesmo custo no futuro), descontados a valor presente com base na taxa indicativa do título de dívida pública do governo com vencimento semelhante ao prazo da exigência da obrigação de desmobilização.

(b) Provisão de ressarcimento

A Conta Ressarcimento reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR

A Companhia firmou Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 distribuidores de energia elétrica no 17º leilão de energia nova promovido em 18 de novembro de 2013.

Pelo contrato em questão, a Companhia compromete-se a vender a totalidade de sua energia gerada às distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R\$132,56 por MWh, a serem atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), sendo o preço médio dos CCEARs em 31 de dezembro de 2024 igual a R\$236,08 MWh.

Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada no 1º ano, 90% a 120% no 2º ano, 90% a 110% no 3º ano e 90% a 100% no 4º ano, e apurada ao final de cada ano. Ao final de cada quadriênio apura-se a entrega de ao menos 100% do volume contratado para o período. Nesses casos, os desvios que porventura superem estes limites são reconhecidos no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue.

Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas em 12 parcelas pelo ressarcimento anual e/ou quadriênio, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) **Ressarcimento anual:** Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo entre o preço contratual vigente e o preço de liquidação das diferenças (“PLD”) médio do ano na região Nordeste, sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% da energia contratada. Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, das controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 90%, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas
- (ii) **Ressarcimento quadrienal:** Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo valor entre o preço contratual vigente ajustado por um valor de penalidade de 6%, ou o PLD médio do quadriênio na região Nordeste) sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD no Nordeste sobre o montante em MWh. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 100% do volume contratado para o período, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. O primeiro quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	2.622	13.262
Provisão de despacho (ii)	16.876	5.051
	19.498	18.313
Não circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	3.546	1.196
	3.546	1.196
Total	23.044	19.509

(i) A provisão do ressarcimento está sendo demonstrada sem os efeitos da provisão de ressarcimento do despacho nº 2.303/2019 mencionado no item (ii). Cabe salientar que a provisão reconhecida já está apresentada líquida do montante relativo ao *curtailment* (situações de corte de geração, denominadas no setor elétrico como *constrained-off*, que ocorrem quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda) determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Sendo assim, a Companhia reconheceu os montantes relativos aos volumes de energia não gerada por motivo de *curtailment* como redutor da provisão de ressarcimento no referido período.

(ii) O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *constrained-off* de usinas eólicas. Ou seja, tal suspensão permanece vigente até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off*.

O *constrained-off* pode ser definido como a redução de geração definida pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nestes casos, o gerador fica impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 23 de março de 2021 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. A regulamentação estipula uma metodologia de cálculo para os eventos ocorridos até setembro de 2021, e outra para os eventos ocorridos posteriormente a esta data.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No entanto, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, informando a necessidade de adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico. Informou também que apenas após esta etapa concluída apresentaria ao mercado novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, divulgando o cronograma de reparações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, contemplando apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que visa a aprovação das Regras de Comercialização da CCEE, necessárias para realizar o cálculo para o período, não foi concluída até o momento.

Cabe ressaltar que a Companhia reconheceu as provisões de *constrained-off* normalmente nos exercícios supracitados. A liquidação dos valores provisionados iniciou-se em setembro de 2023, seguindo o calendário divulgado pela CCEE, conforme indicado na nota 1.3 (a).

(c) Provisões liminar excludente

Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, a Companhia através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade da Companhia pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como:

- (i) Embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio;
- (ii) Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas da Companhia.

A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o pré-operacional do parque, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. A provisão está reconhecida no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável a Companhia.

Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica a época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Provisões liminar excludente	4.753	4.419
	<u>4.753</u>	<u>4.419</u>

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação

				Passivo circulante	Passivo não circulante	
Movimentação	Provisões liminar excludente	Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Total	Provisão de ressarcimento	Total
Saldo em 01/01/2023	4.310	1.336	13.597	19.243	8.891	8.891
Provisão (reversão)		1.711	(3.306)	(1.595)	3.306	3.306
Atualização Financeira	109		496	605		
Pagamento			(6.522)	(6.522)		
Transferência		10.215	786	11.001	(11.001)	(11.001)
Saldo em 31/12/2023	4.419	13.262	5.051	22.732	1.196	1.196
Provisão		1.439	3.300	4.739	3.547	3.547
Pagamento			(5.176)	(5.176)		
Atualização financeira	334		425	759		
Transferência		(12.079)	13.276	1.197	(1.197)	(1.197)
Saldo em 31/12/2024	4.753	2.622	16.876	24.251	3.546	3.546

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Passivos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia possui questões cíveis e tributárias em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível portanto, não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

Composição causas possíveis

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cíveis	4.345	4.483
Tributários	<u>32</u>	
	<u>4.377</u>	<u>4.483</u>

A Companhia possui depósitos judiciais referente às questões em andamento no total de R\$ 4 (R\$ 4 em 31 de dezembro 2023), envolvendo questões tributárias.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 100.000 (R\$ 84.641 em 31 de dezembro 2023), dividido em 100.000.000 (84.641.469 em 31 de dezembro 2023) ações, estando a quantia de R\$ 92.541 (R\$ 84.641 reais em 31 de dezembro 2023) correspondente a 92.541.469 (84.641.469 em 31 de dezembro 2023) ações totalmente subscritas e integralizadas e a quantia de R\$ 7.459 correspondente a 7.458.531 ações a serem integralizadas. O capital será integralizado até o 5º ano, a contar de 18 de outubro de 2024 conforme AGE de mesma data.

Acionistas	%	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
		Quantidade de ações	Capital social integralizado	Quantidade de ações	Capital social integralizado
Chapada do Piauí II Holding S.A.	100%	92.541.469	92.541	84.641.469	84.641
		<u>92.541.469</u>	<u>92.541</u>	<u>84.641.469</u>	<u>84.641</u>

(b) Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia	(5.729)	(104)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	<u>85.212</u>	<u>84.641</u>
	<u>(0,067)</u>	<u>(0,001)</u>

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Aumento de capital

Em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de outubro de 2024 foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 13.858.531.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 10 de junho de 2024 foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 1.500.000.

16 Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
 - (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
 - (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação;
 - (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio.

Composição

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita com energia	30.746	29.488
(-) Provisão de ressarcimento	(4.986)	(5.017)
Receita bruta	25.760	24.471
Receita bruta mercado livre	201	245
Total receita bruta	25.961	24.716
(-) Impostos sobre vendas	(948)	(899)
(-) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	(118)	(109)
Receita líquida	24.895	23.708

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Custo do serviço de energia elétrica

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Energia elétrica comprada para revenda	(223)	(252)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(1.374)	(1.328)
Custo de operação (a)	(11.299)	(10.063)
	<u>(12.896)</u>	<u>(11.643)</u>

(a) Custo de operação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(398)	(428)
Manutenções	(318)	(186)
Materiais e serviços de terceiros	(4.303)	(3.324)
Seguro Custo	(4)	
Depreciações e amortizações	(6.276)	(6.125)
	<u>(11.299)</u>	<u>(10.063)</u>

(i) Em 2023, a prestação de serviços de operação e manutenção dos parques realizada por um terceiro tinha um escopo de trabalho limitado em relação as atividades de campo, pois muitas demandas adicionais necessárias para manter o parque em operação eram realizadas por equipe interna da Companhia. Em 2024, houve uma mudança na gestão e operação das atividades de campo, em linha com as estratégias do novo acionista, que adquiriu a controladora indireta da Companhia, a Chapada Branca Holding S.A. (nota 1.3 (b)). Nesse sentido, houve a substituição do terceiro responsável pela prestação de serviço de operação e manutenção dos parques, o qual passou a assumir um escopo mais abrangente, envolvendo as atividades de campo e gestão de suprimentos, implicando, assim, em aumento dos custos dos serviços prestados.

18 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços de terceiros	(461)	(308)
Aluguéis	(18)	(10)
Seguros	(389)	(400)
Comunicações	(9)	
Viagens	(41)	(66)
Despesas tributárias	(89)	(27)
Projetos sociais		(15)
Outras despesas operacionais	(184)	(62)
Despesas compartilhadas	(681)	(747)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	(2.882)	(714)
	<u>(4.754)</u>	<u>(2.349)</u>

(i) A rubrica "Outros ganhos (perdas), líquidos" é composta por baixa de ativos imobilizados e por outras receitas.

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Resultado financeiro

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre cessão de recebíveis são reconhecidas conforme previsto contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem preponderantemente os valores de atualizações financeiras.

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	245	901
Variações cambiais líquidas	101	
Outras receitas financeiras	15	20
	<u>361</u>	<u>921</u>
Despesas financeiras		
Despesa de juros s/ Mútuo e Cessão de Recebíveis	(11.524)	(9.117)
Fianças bancária	(32)	(23)
Atualização financeira de liminar excludente	(334)	(109)
Atualização financeira de desmobilização	(108)	(99)
Atualização financeira de ressarcimento (i)	(409)	(409)
Outras despesas financeiras	(28)	(8)
	<u>(12.435)</u>	<u>(9.765)</u>
Resultado financeiro	<u>(12.074)</u>	<u>(8.844)</u>

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS.

20 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada da Companhia. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Companhia são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita com energia	25.569	23.212
Receita de energia faturada	30.602	29.552
Desconto concedido	(5.176)	(6.521)
Provisão de receita de venda energia	143	181
Provisão de ressarcimento	190	(5.017)
Provisão de ressarcimento	(4.986)	(5.017)
Desconto concedido	5.176	6.521
Receita Gerada	25.759	18.195
Receitas financeiras	349	907
Outras receitas	14	30
Bases de cálculo		
Receita com energia		
IRPJ	2.389	2.779
Adicional IRPJ	2.149	2.539
CSLL	3.414	3.701
Provisão de ressarcimento		
IRPJ	15	120
Adicional IRPJ		
CSLL	40	202
Cálculo dos impostos		
Receita com energia	(880)	(995)
IRPJ – 15%	(358)	(414)
IRPJ adicional – 10%	(215)	(251)
CSLL – 9%	(307)	(330)
Provisão de ressarcimento	(20)	19
IRPJ – 15%	(2)	(18)
IRPJ adicional – 10%	(2)	(12)
CSLL – 9%	(4)	(18)
Ajustes atualização despacho nº 2.303/2019	(12)	67
Corrente	(880)	(995)
Diferido	(20)	19
Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido	(900)	(976)

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Compromissos

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamento de terrenos (i)	82	658	3.017	3.757
Contrato de manutenção (ii)	1.303	6.370	7.566	15.239
Contrato de transmissão (iii)	1.441	8.172	10.352	19.965
	<u>2.826</u>	<u>15.200</u>	<u>20.935</u>	<u>38.961</u>

(i) Arrendamento de terrenos

Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos.

Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados faturamento. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do faturamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

(ii) Contrato de Manutenção

Contratos firmados com o fornecedor especializado em manutenção de aerogeradores de cada parque eólico para manutenção.

(iii) Contrato de transmissão

São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico.

22 Atividade de investimento e financiamento não envolvendo caixa

A atividade de investimento e financiamento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos da Companhia.

De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Principal transação que não afeta o caixa	31/12/2024
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo	1.457
Em atividades de investimentos	<u>1.457</u>
Capital a integralizar	7.459
Em atividades de financiamento	<u>7.459</u>

Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes com valor em risco em montante equivalente ao valor total dos ativos e lucros estimados para o período de 12 meses, e limite máximo de indenização de R\$ 428.435 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R\$ 70.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas entre as companhias controladas diretas e indiretamente pelas controladoras indiretas da Companhia.

A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado).

24 Eventos subsequentes

Em 05 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu integralização de capital no montante de R\$ 500.

* * *